

Ouro Preto e a Queimada, o reencontro com a história

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

*Não há Conde, não há força,
não há coroa real
mais seguros que estas casas,
que estas pedras do arraial,
deste Arraial do Ouro Podre
que foi de Mestre Pascoal.*

Romanceiro da Inconfidência, Romance V ou Da Destruição de Ouro Podre
Cecília Meireles

O Morro da Queimada é um dos mais impressionantes sítios que compõem o território histórico, ecológico, simbólico, poético e econômico de Ouro Preto. Está ligado ao achamento do ouro recoberto por uma camada de óxido de ferro, o fabuloso ouro preto, no final do século XVII, na região das nascentes do rio das Velhas, fio condutor da bandeira de Antônio Dias de Oliveira e do padre João de Faria Fialho. Foi o cenário inicial da cidade, ao acolher os empreendimentos urbanos logo levados à frente por milhares de pessoas atraídas pela grande descoberta de 1698.

O espaço da urbe se demarcou desde os altos de São João do Ouro Fino e Sant'Ana, entre São Sebastião, a Piedade e o Pilar do Ouro Podre, hoje Taquaral, para escorrer pela abrupta e extensa encosta da Encardideira. Descia até à praia do córrego do Sobreira, ao pé da pequena ondulação sobre a qual pousou a capela de Nossa Senhora da Conceição, em breve tornada a Matriz de Antônio Dias. Ouro podre refere o metal encontrado nos terrenos de filito grafitoso, diluído em partículas na massa decomposta. Nessa área, concentrou-se o maior número de habitantes dos arraiais do Ouro Preto. Quase uma dúzia teriam sido os focos. Pascoal da Silva Guimarães, português rapidamente enriquecido, dominou o pedaço, ao ponto de batiza-lo com o seu nome. O Morro do Pascoal, entre a Encardideira e a cumeada da Serra de Ouro Preto, formigava de gente, entre lojas, vendas, contrabando, arruaças, disputas e crimes, na confusão própria dos ajuntamentos ensandecidos pela *auris sacra fames*.

Nos altos da Encardideira

Foi exatamente na Encardideira que o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro general da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, criada em 1709, transformou umas casas de Henrique Lopes, potentado dos primórdios, no seu paço do governo. Hoje, resta o conjunto de ruínas chamado Palácio Velho. A febre que aturdiu os primeiros moradores de Ouro Preto provocou os graves desentendimentos entre paulistas e portugueses. Atritados permanentemente, a gente de Piratininga e das sesmarias do Norte (Vale do Paraíba) e os forasteiros, como eram qualificados todos os que não procedessem de São Paulo, viveram a Guerra dos Emboabas, do meado do primeiro decênio do Setecentos até 1720, quando o conde de Assumar pôs fim às intermináveis revoltas.

Afeiçoados à língua tupi, após anos de embate como apresadores de “bugres” nos sertões do Tietê e do Paraná, os paulistas apelidaram os portugueses de *emboabas*, referência ao pinto calçado, espécie de frango encontrado nos matos dos caetés gerais, e às botas de cano alto dos reinóis. Nessa penada, metiam também os fluminenses, baianos e pernambucanos que ali afluíram, rotulando de emboabas todos os que não pertencessem à casta dos sertanistas pioneiros, aos quais o rei português prometera o governo do eldorado, tão logo o tivessem alcançado.

Os governadores Antônio de Albuquerque e Brás Baltazar da Silveira, entre 1709 e 1717, conviveram com os entrecuchos entre paulistas e emboabas e a efervescência incontornável dos núcleos urbanos assinalados pela riqueza fácil, a cobiça delirante e a violência sem controle. Albuquerque instituiu as três primeiras Vilas, com suas Câmaras Municipais de homens bons, em 1711: Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Vila Real do Sabará. Mas foi o governador Pedro Miguel de Almeida Portugal, o conde de Assumar, que usou mão de ferro para sujeitar os mineiros de Ouro Preto, “uma gente que não se submete”, e aplacar os ânimos revoltosos que fizeram de Vila Rica o teatro da mais sanguinolenta luta e do mais debilitado governo.

A repressão de Assumar

Governando a partir do Ribeirão do Carmo, futura cidade de Mariana, Assumar se afastou de Ouro Preto para melhor comandar a reação contra as desordens e a imposição de sua autoridade absoluta. Em 1720, no auge do conflito, determinou a destruição do Morro do Pascoal, cujo incêndio deu origem ao Morro da Queimada. O “Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Ano de 1720”, manuscrito anônimo que narra o levante e tenta atenuar a ação ditatorial do conde de Assumar, revela as tensões que conduziram ao incêndio do Morro do Pascoal. “O clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno”, diz o documento.

“Assentado, finalmente, que o único remédio era o horror e a prontidão, ordenou o Conde ao capitão de Dragões João de Almeida e Vasconcelos que, com o tenente José Martins Felgueira, o alferes Manuel de Barros Guedes e quinze ou dezesseis dragões, subisse ao morro a demolir e arrasar as casas de Pascoal da Silva e outras mais determinadamente, cujos donos era público que, ou entravam nos motins, ou davam favor e ajuda aos agentes em todas as noites antecedentes, concorrendo em tanto dano da Vila para desordens inauditas, matando homens, arrombando portas, roubando casas, profanando templos, insultando os altares, destruindo as leis do monarca, querendo por outras a seu arbítrio, e levantar-se rebeldes com o domínio de Sua Majestade, tratando com infame e escandalosa publicidade erigir uma república neste governo... (...) despediu o Conde também o capitão Luís Teixeira de Lemos com a sua companhia da ordenança da Vila, que na noite antecedente se juntara com os dragões, ordenando-lhe dissesse ao capitão destes que desse pressa à diligência, e aonde achasse dificuldade em demolir, atacasse fogo...”.

Vencido o caos pela autoridade e atrelada a ordem da metrópole ao seu cotidiano, Vila Rica de pronto se empenhou na busca da “competente fermosura” da construção urbana. Embora não cessassem as contendas entre mineradores e as badernas começadas nos garimpos, estabeleceu-se a paz colonial, entrecortada pela insubmissão de escravos, perseguição a hereges e protestos dos contribuintes da Real Fazenda. Treze anos depois da Queimada, em 1733, reabriu-se solenemente a Matriz do Pilar, ampliada e embelezada, durante as festividades denominadas “Triunfo Eucarístico” pelo autor da narrativa que se publicou no ano seguinte em Lisboa. Escreve Simão Ferreira Machado,

na página 40: “Precederam-lhe seis dias sucessivos de luminárias entre os moradores do Ouro Preto por ordem do Senado da Câmara, três gerais em toda a Vila até o Padre Faria (bairro assim intitulado), o último idôneo para nestas noites dilatar às luzes o domínio das trevas. Fica eminente à Vila um altíssimo Morro, a que deu o nome de Pascoal da Silva o mais opulento morador dele, e das Minas; a este Morro, pela inexaurível cópia de ouro, chama o vulgo Fiador das Minas; nele estas noites nas casas dos moradores as luzes, que mostravam aos juízos o centro da opulência, por sua altura, como na região das nuvens, pareciam aos olhos luminárias do Céu”.

Uma Pompéia ameaçada

Se a cidade voltou a ocupar as encostas íngremes do velho Pascoal, o certo é que desceu ao fundo dos vales do Padre Faria, de Antônio Dias e do Ouro Preto propriamente dito, para aninhar-se à volta dos templos ali edificadas. Os morros se esvaziaram. O final do século XVIII assinalou a estagnação urbana. Vila Rica virou a Vila Pobre do século XIX, sobrevivente graças à burocracia do governo da Província, entre raras iniciativas de maior envergadura.

A planta topográfica da capital mineira, desenhada pelo engenheiro H. Gerber, mostra o despovoamento dos morros, na metade do século imperial. Só São Sebastião ostenta um volume expressivo de casas. Dom Pedro II atravessou o Morro da Queimada, em 1881, vindo de Mariana e de Antônio Pereira para Ouro Preto, e anotou a impressão que lhe causaram os assombrados muros de pedra, como se tivesse visto “uma Pompéia” brasileira. Está no seu diário de viagem, em 18 de abril de 1881. Olavo Bilac, fugindo do arbítrio do marechal Floriano Peixoto, visitou o Morro da Queimada e descreveu um ex-voto encontrado na capela de Sant’Ana, hoje no Museu Aleijadinho. Naquelas penhas, o poeta parnasiano terá vislumbrado a glória vencida:

*O ouro fulvo do ocaso as velhas casas cobre;
Sangram, em laivos de ouro, as minas que a ambição
Na torturada entranha abriu da terra nobre:
E cada cicatriz brilha como um brasão.*

O arquiteto Sylvio de Vasconcellos estudou, com acuidade, as capelas da Serra de Ouro Preto e a arquitetura da região, destacando as influências minhotas. A partir do final da década de 1960, porém, os Morros Santana e São João, a Piedade e o Taquaral voltaram a ser progressivamente ocupados. Ouro Preto passou a crescer de modo intenso, ainda que dissimulado, às escondidas da cegueira do IPHAN e à revelia dos riscos geológicos e da boa norma urbanística, desconhecida nos precários serviços municipais. O arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, em missão da Unesco, em 1970, fez uma série de sugestões sobre a proteção das encostas, o planejamento urbano e o desenvolvimento racional da cidade, mas o Município não conseguiu absorver-las. O Plano da Fundação João Pinheiro, concluído em 1974, era um pacote tecnocrático pesado demais, tanto para a Prefeitura quanto para o IPHAN.

Enquanto isso, pedras das construções arruinadas – cangas e lajes de quartzito – foram sendo paulatinamente usadas nos baldrames de novas casas. Antes, por ali andavam esparsos tropeiros e lenheiros, cozinheiras e lavadeiras, junto aos últimos faiscadores, nos aluviões derradeiros, bateia em punho para o sustento da família. Estudantes saíam à procura de escorpiões, que dariam alguns trocados na saúde pública estadual para fins de fabricação de vacina, e não raros pesquisadores apareciam à cata de supostos tesouros enterrados, todos derrubando os paredões da Queimada.

O historiador paulista Tarquínio José Barboza de Oliveira, radicado na Fazenda do Manso e no Alto da Cruz, se emocionava diante do quadro trágico da Queimada. Preservar as ruínas era uma de suas metas apaixonadas. Mas um ritmo febril precipitou o curso da história. Ruínas e arruamentos desapareceriam, na velocidade do crescimento desordenado. A expansão urbana não contemplou as possibilidades da Serra de Ouro Preto, sem merecer uma contribuição eficiente do poder público, em termos de organização e da qualidade de vida dos moradores.

No entanto, como que por encanto, uma parte considerável da primeira Ouro Preto permaneceu quase intocada nos altos da Queimada. Em todos os quadrantes da cidade e no sentimento dos que a amam, jamais se perdeu o sonho de ver essas ruínas tratadas como merecem.

O parque da arqueologia

No meado da década de 1990, a Fundação Gorceix, por decisão do engenheiro Cássio Elísio de Figueiredo Damázio, adquiriu as ruínas do moinho de vento e sua área de entorno, pertencentes a um cidadão radicado em São Paulo, que desejava vendê-las ao Município. Sendo então prefeito (1993-96), julguei que seria prudente obter o apoio da Fundação Gorceix, de modo que esse sítio de extrema importância paisagística, histórica e cultural pudesse ser conservado pela Escola de Minas. Incorporado à Prefeitura, estaria sujeito a riscos incontroláveis e iria se perder.

Era o embrião do Parque Arqueológico da Serra de Ouro Preto, que se alarga à sua volta. Trata-se de um ecomuseu, cujo projeto o arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira, chefe do Escritório do IPHAN em Ouro Preto, e a museóloga Yara Mattos conceberam e desenvolvem, com paciência e obstinação, junto a uma equipe em que Myriam Bahia Lopes coordena a pesquisa histórica.

Ao assumir novamente a Prefeitura de Ouro Preto, em 2005, procurei assegurar todo apoio necessário ao projeto, tanto que o Município viabilizou a regularização fundiária do sítio e a desapropriação amigável de imóveis no trecho de acesso ao conjunto principal do amplo parque arqueológico.

No mandato 2005-2008, conseguimos implantar o Parque Horto dos Contos, no sítio do antigo Horto Botânico de Ouro Preto, criado por ordem régia em 1798. Em pleno centro, entre a Matriz do Pilar e a Santa Casa velha, São Francisco de Paula e a Escola Dom Pedro II, o Grande Hotel e a capela de São José, o Fórum e a rua das Escadinhas, um parque urbano, dotado de equipamentos modernos em meio a exuberante vegetação, veio mudar a vida de uma cidade carente de praças e locais de convivência. A Prefeitura adquiriu o conjunto arquitetônico da Santa Casa para nele instalar o Paço da Misericórdia, importante centro de artes e fazeres da região. Comprou, ainda, a velha fábrica de tecidos, na extremidade leste, e ali instala a Fábrica Ouropretana, um grande centro de eventos. No campo grande do alto da Serra de Ouro Preto, onde as nascentes do rio das Velhas formam a Cachoeira das Andorinhas, um parque é implantado, nos moldes do bem sucedido Parque do Itacolomi, ao Sul de Ouro Preto.

O Parque Arqueológico do Morro da Queimada é contíguo ao das Andorinhas. Sua implantação é meta prioritária, no contexto revitalizado de Ouro Preto, e não tem faltado apoio ao projeto. A visita de trabalho do especialista francês Hughes de Varine, ex-diretor do Conselho Internacional de Museus, ICOM, traduz a dimensão atingida. O reconhecimento da iniciativa, como uma das propostas mais inovadoras e dinâmicas da museologia que se deseja praticada no Brasil evidencia resultados de ordem social, cultural e econômica. E o começo de um programa ainda mais vasto.

É essencial que se articule uma sintonia com Mariana. Os admiráveis remanescentes do arraial de Santo Antônio, na região de Passagem de Mariana, pedem tratamento similar, já que sugerem um parque arqueológico de igual significado. Naturalmente, as duas cidades tenderão a se associar nessa empreitada, especialmente com o apoio decisivo do IPHAN.

A valorização e a participação dos moradores da área vão implicar a reorganização tanto do tecido social quanto da malha urbana, alterando mentalidades e comportamentos face aos desafios do patrimônio dos ouro-pretanos. Um olhar renovado sobre a cidade muda muita coisa. Conceitos arejados ganham vida, empregos devem surgir, cresce o hábito de caminhar pelos morros, regula-se a estrutura urbana, usa-se melhor a cidade como expressão da cultura. Preservar acervo tão original quanto surpreendente não é mais impossível, senão tarefa que sensibiliza muitos que ainda há pouco só viam essas pedras como base para construções sobre velhas minas e sarilhos ou esconderijo de ariscos escorpiões.